

Ilmos. Senhores

Germano Vieira

Secretário de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Antônio Malard

Diretor Geral do IEF

Prezados Senhores,

Entidades e pessoas físicas signatárias deste documento, preocupadas com proteção dos ambientes naturais localizados no interior do Parque Estadual da Serra do Rola Moça e com a segurança daqueles que utilizam a unidade de conservação ou as estradas que o atravessam, vêm expor e requerer o que se segue:

Cada vez mais reconhecido por sua enorme importância social, ambiental e econômica para o Estado e para os municípios onde se localiza, o parque vem recebendo grande incremento na visitação pública, por pessoas em busca do contato com a natureza. Da mesma forma, o tráfego nas estradas que o atravessam tem crescido a cada dia. A pandemia que enfrentamos aumentou consideravelmente a procura por moradias fora da capital, em ambientes com características mais rurais. Desta forma, o número de novas construções em pequenas localidades no entorno da unidade de conservação vem crescendo de forma explosiva, gerando aumento do tráfego de veículos nas estradas internas da UC.

Essas mudanças, no entanto, não foram acompanhadas pela melhoria da infraestrutura de fiscalização. Não desconsiderando obviamente a importância do uso público no Parque, o aumento da visitação e circulação de pessoas e veículos vem causando grande impacto na UC. É comum ver pessoas pisoteando os campos e até mesmo colhendo orquídeas e velózeas típicas da vegetação que recobre a canga ferruginosa. O crescimento do tráfego de veículos, como é normal, vem acompanhado do aumento de riscos de acidentes e atropelamento de animais silvestres. Os

mecanismos de controle de velocidade são insuficientes, não há sinalização sobre limites e nem fiscalização.

Toda semana são abandonados animais domésticos no interior e nas portarias do Parque. Os grupos que atuam na proteção de animais (com recursos de doações, sem qualquer ajuda do Estado) não estão dando conta de tanta demanda. São muitos animais para resgatar, castrar e doar. Muitos deles acabam ficando dentro do parque e os que não morrem de fome, sede e frio formam matilhas de caça e predam a já empobrecida fauna silvestre.

Todo este incremento de visitação e no trânsito de pessoas, acaba também aumentando os riscos de incêndios florestais. E muitos destes incêndios que a cada ano destroem a vegetação da unidade de conservação poderiam ser evitados com implantação de vigilância constante nos trechos de maior circulação de pessoas.

Por fim, lembramos que infelizmente o Rola Moça já foi, por diversas vezes, palco de crimes violentos que resultaram em assaltos, assassinatos e estupro. Apesar de ser competência da Polícia Militar coibir crimes dessa natureza, obviamente a implantação de vigilância com rondas e câmeras 24hs auxiliariam muito o trabalho dos policiais. No entanto, os investimentos em fiscalização e vigilância não têm acompanhado o aumento do fluxo de pessoas, gerando enormes prejuízos ao Parque e à sociedade de forma geral, principalmente para quem reside nas proximidades.

Diante do exposto, solicitam providências imediatas para que sejam implantadas medidas de vigilância no Parque Estadual da Serra do Rola Moça que contemplem, em especial, as seguintes ações:

- Aumento do número de câmeras operando 24 horas, localizadas em pontos estratégicos da unidade de conservação;
- Ronda armada 24 horas circulando pelo interior do Parque;
- Articulação com o comando do Batalhão de Polícia Ambiental da PMMG para transferência do pelotão da corporação hoje localizado na sede do município de Nova Lima para as instalações administrativas do Parque, junto ao bairro Jardim Canadá. Essa sugestão justifica-se também pela importância da localização da mesma próxima à BR 040, ao longo da qual localizam-se várias outras unidades de conservação, todas com enorme importância para proteção de ambientes naturais de alta relevância e de mananciais hídricos que abastecem a RMBH.
- Implantação de sinalização ao longo das estradas internas da UC, dentro dos padrões rodoviários, com tamanhos adequados e em pontos estratégicos, indicando a proibição legal de retirada de vegetação e abandono de animais domésticos.

- Ampliação dos mecanismos de controle de velocidade ao longo da estrada de ligação Jardim Canadá – Casa Branca, de modo a evitar atropelamentos de animais silvestres e a melhorar os níveis de segurança dos usuários da via, conforme, inclusive, foi determinado nos estudos de licenciamento ambiental das obras de pavimentação da estrada.

Cientes dos constantes cortes no orçamento da Semad/IEF e da retenção, pela Seplag, de recursos gerados por mecanismos ambientais compensatórios, sugerimos que, em caso de negação dos citados pleitos, em virtude dos impactos sobre o tesouro estadual, e ainda, diante do caráter de urgência das medidas ora pleiteadas, sejam utilizados parte dos recursos anualmente repassados ao Parque pela Vale (como compensação pela operação da mina de Capão Xavier) , adaptando-se, se necessário, o Plano de Aplicação destes recursos aprovados pelo Copam – Conselho de Política Ambiental.

Por fim, requeremos que sejam apresentadas as providências tomadas na próxima reunião do Conselho do Parque.

Desde já agradecemos a atenção.

Atenciosamente,